Professor(a): Junyander **Data:25/10/2018**

Proposta de Redação – TEMA 03₄

TEXTO I

O que é Patrimônio Imaterial?

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. Essa definição está em consonância com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 1° de março de 2006, que define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". Enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 16 jun. 2017.

TEXTO II

Modo de fazer Bonecas Karajá é patrimônio imaterial brasileiro

O modo de confecção das Bonecas Karajá é considerado patrimônio imaterial brasileiro pelo IPHAN. Com motivos mitológicos, de rituais, da vida cotidiana e da fauna, as Bonecas Karajá são importantes instrumentos de socialização das crianças que se veem nesses objetos e aprendem a ser Karajá, bem como os ensinamentos, as técnicas e saberes associados à sua confecção e usos.

Por representarem cenas do cotidiano e dos ciclos rituais, elas portam e articulam sistemas de significação da cultura Karajá e, dessa forma, são também *locus* de produção e comunicação dos seus valores. Os Saberes e Práticas Associados ao Modo de Fazer Bonecas Karajá são uma referência cultural significativa para o povo Karajá e representam, muitas vezes, a única ou a mais importante fonte de renda das famílias. Atualmente, a confecção dessas figuras de cerâmica, denominadas na língua nativa de ritxòkò (na ala feminina) e/ou ritxòò (na ala masculina), é uma atividade exclusiva das mulheres e envolve técnicas e modos de fazer considerados tradicionais e transmitidos de geração em geração. Apesar de guardar algumas especificidades conforme as aldeias de Santa Isabel do Morro ou de Buridina, pode-se dizer que o modo de fazer ritxòkò consiste, basicamente, nas seguintes etapas: extração do barro; preparação do barro; modelagem das figuras; queima e pintura.

Atualmente, o povo Karajá tem uma população de aproximadamente 3000 indíos, distribuído em quatro estados: Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins.

Disponível em: http://www.brasil.gov.br. Acesso em: 19 jun. 2017.

TEXTO III

O Censo Demográfico 2010 revelou que, das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, 572 mil, ou 63,8%, viviam na área rural e 517 mil, ou 57,7%, moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. Destaca-se o percentual de indígenas vivendo nas áreas rurais quando comparado ao que se observa para a população brasileira em geral. Enquanto 84,4% da população nacional residem em centros urbanos, esse percentual atinge apenas 36,2% no caso dos indígenas, revelando, com isso, um estreito vínculo com a terra.

O Censo 2010 revelou também que um total de 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais falavam no domicílio uma língua indígena. Observou-se também um percentual de 17,5% que não falava o português. O percentual de indígenas que falava a língua indígena no domicílio aumenta para 57,3% quando consideramos somente aqueles que viviam dentro das Terras Indígenas, da mesma forma aumenta para 28,8% o percentual daqueles que não falavam o português. Essa característica confirma o importante papel desempenhado pelas Terras Indígenas no tocante às possibilidades de permanência das características socioculturais e estilos de vida dos indígenas. Os resultados apontam para 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes. Essas declarações ultrapassaram as estimativas iniciais feitas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Entretanto, no que diz respeito aos números totais de língua e etnia, há ainda a necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, pois algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim como algumas etnias também se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia.

IBGE. **O Brasil indígena**. Disponível em: http://indigenas.ibge.gov.br. Acesso em: 16 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO IV

O patrimônio cultural linguístico brasileiro é desconhecido por grande parte da população, que se acostumou a ver o Brasil como um país monolíngue. O resultado da mobilização que envolveu setores da sociedade civil e governamentais interessados em mudar esse cenário é o Decreto nº 7.387, de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) como instrumento oficial de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O Decreto, assinado pelos Ministérios da Cultura (MinC), da Educação (MEC), do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), permitiu a constituição de uma política específica para a salvaguarda da diversidade linguística brasileira, coerente com a natureza transversal das línguas, que participam de várias dimensões da vida social. Não é possível pensar ações

de fortalecimento de línguas sem considerar as políticas educacionais. De forma semelhante, uma das maiores demandas dos grupos de falantes de línguas minoritárias está relacionada ao direito de acesso a serviços públicos na sua língua de referência.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o MinC reconhecem seis línguas indígenas e uma língua de imigração como Referência Cultural Brasileira, de acordo com o Decreto nº 7.387/2010. A língua Asurini, que pertence ao tronco Tupi, da família linguística Tupi-Guarani, cujos falantes habitam a Terra Indígena Trocará, localizada às margens do rio Tocantins, em Tucuruí (PA); a língua Guarani Mbya, identificada como uma das três variedades modernas da língua Guarani, da família Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi; e as línguas Nahukuá, Matipu, Kuikuro e Kalapalo, de família linguística Karib e faladas na região do Alto Xingu (MT). Além dessas, é reconhecida a língua Talian, uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil onde houve ocupação italiana, desde o século XIX, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo.

MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. **Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)**
Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 16 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO V

MPF do PA pede ensino de culturas afrobrasileira e indígena nas escolas

O Ministério Público Federal do Pará (MPF) expediu, em Belém, uma recomendação ao secretário de Educação do Estado e aos prefeitos de todo o Pará para que insiram os conteúdos de história e cultura afrobrasileira e indígena no currículo das escolas públicas de ensino fundamental e médio no ano letivo de 2017. Segundo o órgão, embora há mais de 12 anos as instituições de ensino públicas e privadas do ensino básico sejam obrigadas a incluir os assuntos no currículo, no Pará, tem-se verificado o não cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

De acordo com o MPF, o objetivo da recomendação é resgatar a contribuição desses povos nas áreas social, econômica e política para a história do Brasil. Os diversos aspectos históricos e culturais referentes a esses dois grupos étnicos devem ter abordagem também nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. O pedido destaca, ainda, a necessidade da formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do conteúdo programático sobre a história e cultura afrobrasileira e indígena. Para o MPF, a vulnerabilidade física, territorial e cultural de índios e quilombolas no Pará "estão diretamente ligados ao reduzido conhecimento e valorização da história, cultura e contribuição para a nação brasileira desses grupos".

G1, 14 nov. 2016. Disponível em: http://g1.globo.com. Acesso em: 16 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO VI

Com realidade virtual, mostra permite visitante "sentir" aldeia indígena

A mostra *Experiência Munduruku*, em cartaz até 25 de junho no Centro Cultural Correios, centro da capital paulista, proporciona aos visitantes uma simulação de imersão em uma aldeia indígena munduruku, no estado do Pará. Promovida pela organização não governamental Greenpeace, esta é a primeira experiência de imersão multissensorial no Brasil, segundo a organização.

As sessões de imersão duram cerca de 15 minutos, com realidade virtual e estímulos visuais, de áudio, vibrações e calor, além de um perfume desenvolvido especialmente para o momento. Para cada sentido há uma tecnologia desenvolvida especialmente para a mostra, como um filme em realidade virtual gravado em uma aldeia localizada no Rio Tapajós, além de luzes infravermelhas que simulam a temperatura na aldeia e de dois canais de áudio – um com sons do vídeo e outro com ruídos em uma subfrequência que, ligado a microssensores, vai produzir vibrações no corpo do visitante. Por meio dessa experiência, o público poderá sentir algumas das características da Amazônia. Guiado pela voz do cacique Juarez Saw Munduruku, o visitante vai percorrer as águas do Tapajós e conhecer o modo de vida do povo Munduruku, possibilitando a compreensão da relação deste povo com as matas e os rios.

"O povo Munduruku vive na região do Rio Tapajós desde tempos ancestrais. Há mais de três décadas estão lutando pela demarcação de seu território tradicional no Médio Tapajós, constantemente ameaçado pelo plano de construção de hidrelétricas nesse trecho do rio. Nosso objetivo é que uma experiência como esta ajude os demais brasileiros a compreenderem que a Amazônia é muito mais que um mar de florestas ou uma grande província mineral e energética", disse Aguiar.

BOEHM, C. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em: 20 jun. 2017 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema *"**Defesa e difusão do patrimônio imaterial indígena no Brasil**"* apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

RASCUNHO

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à **TINTA PRETA**, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- Tiver até 19 linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
- Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
- Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	